EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
REGISTRO DE PREÇOS

Município de Cerro Branco - RS
Edital de Pregão Eletrônico nº 031/2026
Processo nº434/2026
Processo digital interno nº2813-7847/2026
Tipo de julgamento: **menor preço por item**
Modo de disputa: aberto

Edital de pregão eletrônico para registro de preços para aquisição de RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, REBOQUES DE CARGA, MOTOSERRAS E CONCHAS PARA RETROESCAVADEIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO BRANCO -RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando o registro de preços para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, REBOQUES DE CARGA, MOTOSERRAS E CONCHAS PARA RETROESCAVADEIRA**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e dos Decretos Municipais Nº3939/2023 e Nº4104/2023 e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada conforme abaixo.

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 28/10/2026 – 17h00min
LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO: 09/11/2026 – 23h59min
FINAL DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 12/11/2026 – 07h50min
INÍCIO DOS LANCES: 12/11/2026 – 08h00min

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.portaldecompraspublicas.com.br

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, REBOQUES DE CARGA, MOTOSERRAS PARA ATENDIMENTO DAS AÇÕES DE RESPOSTA DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL (RESOLUÇÃO N.º 008/FUNDEC, DE 12 DE JUNHO DE 2026) E CONCHAS PARA RETROESCAVADEIRA (CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA N° 979342/2025 - TRANSFEREGOV.BR N°049062/2025),** com validade de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ata de registro de preços, conforme descrito e especificado no ANEXO I – Termo de Referência.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando o item 4 deste Edital.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado

da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.3. Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2.4. Que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou a ata de registro de preços com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.2.6. Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

3.3. Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo sistema do pregão eletrônico e/ou pregoeiro, deverão ser realizadas via sistema ou encaminhadas no prazo máximo de 3 dias úteis.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do material, MARCA, demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de transporte e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5. DOCUMENTOS AUXILIARES E DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante vencedora deverá enviar os seguintes documentos:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o licitante for pessoa jurídica;

d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

b) prova de regularidade perante a Fazenda federal;

c) prova de regularidade perante a Fazenda estadual;

d) prova de regularidade perante a Fazenda municipal, da sede do licitante;

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

g) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 dias da data designada para a apresentação do documento.

5.4. CERTIFICADO DE REGISTRO DE FORNECEDOR

5.4.1 Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu **Certificado de Registro de Fornecedor**, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.4.2. A substituição referida no item 5.4.1 somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.4.3. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.4.4 Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação para fins de diligências, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo estabelecido pelo pregoeiro no sistema.

5.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.6. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6. VEDAÇÕES

6.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução da ata de registro de preços, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

6.3. Durante a vigência da ata de registro de preços, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

8.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que todos os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7.4. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

8.7.5. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8.9. Após o encerramento dos lances não será aceito valor unitário que ultrapasse o valor estimado no TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

9.2. A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%.

9.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no mesmo endereço eletrônico que ocorreu a sessão.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Para desempate será utilizado o critério de disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.3. Persistindo o empate será utilizado o sorteio.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.3. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

11.4. O LICITANTE VENCEDOR TERÁ O PRAZO DE 2 HORAS, para ANEXAR NO SISTEMA SUA PROPOSTA REAJUSTADA, a qual deverá constar a razão social, CNPJ da empresa, endereço, e-mail, dados bancários e representante legal.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação serão examinados pelo(a) pregoeiro(a), que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.1.1. Considerar-se-ão válidos documentos emitidos no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por via eletrônica (internet), desde que devidamente autorizado pelo órgão competente.

12.1.2. Os documentos emitidos eletronicamente terão sua validade/autenticidade verificada pela internet, e os demais deverão ser encaminhados com autenticação/reconhecimento de firma digital ou por meio idôneo que permita a verificação por parte do pregoeiro.

12.1.3. Serão aceitos documentos digitalizados com assinatura original, bem como documentos assinados digitalmente, sendo que em caso de dúvidas o Pregoeiro poderá realizar diligência para confirmação da autenticidade e validade do documento.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

12.2. Em caso de dúvida sobre a autenticidade de documento, o Pregoeiros PODERÁ solicitar o envio dos documentos originais e/ou suas devidas cópias autenticadas ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.3. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.4. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.5. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

12.6. Após essa fase, a pregoeira abrirá prazo para os licitantes manifestarem interesse em cotar o material em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original, conforme dispõe o artigo 82, § 5º, VI da Lei 14.133/21.

13. DOS RECURSOS

13.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.7. Não serão considerados, para fins de exercício do direito de recurso ou de manifestação de intenção de recorrer, os documentos, requerimentos, razões ou manifestações encaminhadas por **e-mail, aplicativos de mensagens, correspondência, protocolo físico ou qualquer outro meio diverso daquele disponibilizado pelo Portal de Compras Públicas**, ressalvadas as hipóteses de indisponibilidade do sistema devidamente comprovada ou de determinação expressa da Administração.

13.8. Eventuais comunicações encaminhadas por meios diversos do Portal de Compras Públicas não substituem o procedimento recursal previsto neste Edital e não suspendem nem interrompem os prazos recursais.

13.9. O licitante é responsável pelo acompanhamento do certame e pela prática tempestiva dos atos de sua responsabilidade no Portal de Compras Públicas, inclusive quanto à manifestação da intenção de recorrer e à apresentação das razões recursais e contrarrazões.

14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. CONDIÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Constitui requisito para a formalização da ata de registro de preços a apresentação da Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) emitida através do link: https://certidoes.cgu.gov.br/, nos termos do art. 91, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, por parte da licitante vencedora.

15.2. O licitante vencedor será convocado para assinar a ata de registro de preços dentro do prazo de 05 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ata de registro de preços nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O termo inicial de vigência será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 12 meses, podendo ser prorrogado até a vigência máxima de 24 meses.

16.2. O empenho decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, respeitados os limites dispostos no art. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17. DAS HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DA ATA

17.1. As hipóteses de cancelamento da ata estão dispostas no regulamento.

17.2. No caso de cancelamento da ata, em que o fornecedor não tiver tido ingerência sobre a descontinuidade do produto no mercado, não será penalizado, contudo deverá ser feita a reclassificação da ata.

17.3. Se, no decorrer da contratação, o fornecedor apresentar pedido de cancelamento dos preços registrados, deverá apresentar justificativas pela não continuidade do fornecimento, sem prejuízo de aplicação das sanções dispostas no item 13 deste edital.

18. DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução da Ata de Registro de Preços nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

Parágrafo único. Sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

18.2. No caso em que a Administração se convencer pelo deferimento da revisão, deverá ser feito de forma concomitante pesquisa de preços de mercado para verificação de que os preços registrados pelas outras empresas na ata, momento em que deverá ser demonstrada a vantajosidade pela Administração, em que conceder os novos valores à contratada.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

18.3. No caso de o preço revisado ficar maior que o do segundo colocado, será negada a revisão e reclassificada a ata de registro de preços.

19. FORMALIZAÇÃO DO CADASTRO RESERVA:

19.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar o material, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

19.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

19.3. O registro a que se refere o item 19.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

19.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea "a" do item 19.1 antecederão aqueles de que trata a alínea "b" do referido item.

20. DA CARONA

20.1. Outros órgãos ou entidades não poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

21. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento definitivo e o ateste da nota fiscal e aprovação do fiscal da ata de registro de preços.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar os itens fornecidos e, quando aplicável, marca, modelo, quantidade, valor unitário, número de série e demais informações necessárias à identificação.

21.3. Não haverá pagamento por produtos recusados, não entregues ou em desacordo com as especificações.

21.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços;

b) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total da ata de registro de preços;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar da ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução, objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro de preços;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

22.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 22.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

22.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ata de registro de preços com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 22.2 do presente Edital.

22.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

22.6. A aplicação das sanções previstas no item 22.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.7. Na aplicação da sanção prevista no item 22.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 22.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

22.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

22.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

22.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

22.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 22.1 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

23. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

23.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

23.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br num prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior a data de abertura do certame.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

24.2. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto do presente edital, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

24.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

24.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. Fica eleito o Foro da Comarca de Cachoeira do Sul - RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da ata de registro de preços dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO BRANCO
Aos 27 dias do mês de outubro de 2026.

Nome: Bruno Luciano Radtke
CPF: ***.203.420-**
Assinado com certificado digital avançado

Bruno Luciano Radtke
Prefeito

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

Este Edital Pregão Eletrônico nº 031/2026 foi revisado e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica.

Nome: Henrique Artur Bredow
CPF: ***.097.290-**

Assinado com certificado digital avançado

Henrique Artur Bredow
OAB/RS128742

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de **RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, REBOQUES DE CARGA, MOTOSERRAS PARA ATENDIMENTO DAS AÇÕES DE RESPOSTA DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL (RESOLUÇÃO N.º 008/FUNDEC, DE 12 DE JUNHO DE 2026) E CONCHAS PARA RETROESCAVADEIRA (CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA N° 979342/2025 - TRANSFEREGOV.BR N°049062/2025),** visando a necessidade para o atendimento das ações de resposta em evento climáticos adversos e outros serviços, sendo os itens conforme condições, quantidades, exigências e especificações técnicas detalhadas a seguir:

Item	Descrição	Um.	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor referência unitário R$
1	MOTOSERRA COM MOTOR CICLO 2 TEMPOS, REFRIGERADO A AR; POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 2,4 KW OU 3,2 HP; CILINDRADA DE NO MÍNIMO 50 CM³; PESO DE NO MÍNIMO 4,7KG; TANQUE COMBUSTÍVEL DE MÍNIMO DE 450 ML; TANQUE ÓLEO DE MÍNIMO DE 250 ML. SABRE DE NO MÍNIMO 40 A 45 CM (16" A 18")	UN	1	2	**3.033,59**
2	MOTOSERRA COM MOTOR CICLO 2 TEMPOS, REFRIGERADO A AR; POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 3,8 KW OU 5,1 HP; CILINDRADA DE NO MÍNIMO 70 CM³; PESO DE NO MÍNIMO 5,5 KG; TANQUE COMBUSTÍVEL DE MÍNIMO DE 670 ML; SABRE DE NO MÍNIMO 45 CM	UN	1	2	**4.557,11**
3	RESERVATÓRIO DE ÁGUA HORIZONTAL, NOVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5.000 LITROS, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), PELO PROCESSO DE ROTOMOLDAGEM OU EQUIVALENTE, COM MATERIAL RESISTENTE A IMPACTOS, CORROSÃO E RAIOS ULTRAVIOLETA (UV). DEVERÁ POSSUIR FORMATO CILÍNDRICO OU OVALADO, ESTRUTURA REFORÇADA, BASE DE APOIO INTEGRADA, TAMPA SUPERIOR DE INSPEÇÃO COM FECHAMENTO SEGURO, ENTRADA E SAÍDA PARA CONEXÕES HIDRÁULICAS E SISTEMA DE ESCOAMENTO POR GRAVIDADE.	UN	2	3	**17.126,66**
4	REBOQUE DE CARGA DE NO MÍNIMO 02 EIXOS, TIPO TANDEM/TRUCADO; CAPACIDADE DE CARGA NO				

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

	MÍNIMO 1.200 KG; ESTRUTURA AÇO CARBONO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM CHASSI REFORÇADO; EIXOS REFORÇADOS COMPATÍVEIS COM CAPACIDADE DE CARGA; DIMENSÕES DE NO MINÍMO 1,40M DE LARGURA POR NO MÍNIMO 2,5M DE COMPRIMENTO E LATERAIS DE NO MÍNIMO 50CM. LATERAIS REMOVÍSSEIS, ARTICULADAS OU SISTEMA EQUIVALENTE DE ALTA RESISTÊNCIA; PNEUS NOVOS ADEQUADOS À CAPACIDADE OPERACIONAL DO EQUIPAMENTO.	UN	2	3	**12.943,33**
5	CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA 30 POLEGADAS. CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA COM LARGURA DE NO MÍNIMO 762 MM (30 POLEGADAS), POSSUINDO PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 225 KG PARA GARANTIR A RESISTÊNCIA ESTRUTURAL NECESSÁRIA. O IMPLEMENTO DEVE SER COMPOSTO POR NO MÍNIMO 5 DENTES, DEVIDAMENTE FIXADOS POR PINOS E/OU PARAFUSOS PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E GARANTIR A EFICIÊNCIA NA PENETRAÇÃO DO SOLO. SISTEMA DE FIXAÇÃO COMPATÍVEL COM O BRAÇO DA MÁQUINA DE MARCA NEW HOLLAND MODELO B80C. MATERIAL: AÇO CARBONO OU LIGA DE ALTA RESISTÊNCIA. ESPESSURA REFORÇADA NAS LATERAIS E FUNDO, DENTES REMOVÍVEIS E INTERCAMBIÁVEIS	UN	1	1	**8.050,00**
6	CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA 300 A 400 MM, CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA COM TAMANHO DE NO MÍNIMO 300 MM A 400MM, ADEQUADA PARA ESCAVAÇÕES DE VALAS ESTREITAS E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO. A ESTRUTURA DEVE POSSUIR PESO DE NO MÍNIMO 85 KG E SER COMPOSTA POR NO MÍNIMO 3 DENTES, FIXADOS POR MEIO DE PINOS E/OU PARAFUSOS, ASSEGURANDO A DURABILIDADE E A CORRETA APLICAÇÃO DO EQUIPAMENTO CONFORME OS PADRÕES TÉCNICOS. SISTEMA DE FIXAÇÃO COMPATÍVEL COM O BRAÇO DA MÁQUINA DE MARCA NEW HOLLAND MODELO B80C. MATERIAL: AÇO CARBONO OU LIGA DE ALTA RESISTÊNCIA. ESPESSURA REFORÇADA NAS LATERAIS E FUNDO DENTES REMOVÍVEIS E INTERCAMBIÁVEIS	UN	1	2	**5.497,00**

1.2. A aquisição será processada mediante pregão, preferencialmente na forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. O critério de julgamento recomendado é o de menor

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

preço por item, observada a plena conformidade da proposta com as especificações técnicas.

1.3. Os materiais objeto da aquisição são caracterizados como bens comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A aquisição decorre dos Memorandos SMGPT nº 023/2026 e SMAPMA nº036/2026, dos Estudos Técnicos Preliminares elaborados para a demanda, visando assegurar, o reforço, a modernização da estrutura da Defesa Civil Municipal em situações climáticas adversas e outros serviços, através do funcionamento dos recursos necessários às atividades administrativas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A aquisição está fundamentada nos Estudos Técnicos Preliminares, integrantes da fase reparatória, e observará a Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A Administração necessita estruturar a capacidade operacional da Defesa Civil Municipal e outros serviços, diante dos frequentes acontecimentos devido a brusca mudança nas condições climáticas, a aquisição dos itens mencionados neste Termo buscando assegurar reforço operacional, e possibilitando que a equipe consiga ter maior êxito nos atendimentos das demandas quem venham a surgir.

3.3. A aquisição também visa reduzir indisponibilidades decorrentes de falhas, obsolescência e insuficiência de estoque, preservando a continuidade dos serviços públicos, a produtividade dos agentes públicos, a segurança e a confiabilidade dos recursos operacionais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Todos os bens deverão atender integralmente às especificações mínimas dos itens, admitindo-se características comprovadamente superiores.

4.2. A proposta deverá identificar marca, fabricante, modelo/referência do produto ofertado.

4.3. A Administração poderá exigir catálogos, fichas técnicas, manuais, links oficiais do fabricante, certificados para comprovação das características ofertadas.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

4.4. Todos os produtos devem ser novos, de primeiro uso. Não serão aceitos bens usados, adulterados, falsificados ou com identificação de fabricante/modelo incompatível com a proposta, ressalvadas as hipóteses em que a própria especificação admite produto compatível ou equivalente.

4.5. Para consumíveis e componentes vinculados a equipamentos existentes, deverá ter compatibilidade. Quando a descrição exigir produto original do fabricante, a exigência deve-se a não comprometer a garantia do equipamento e a qualidade do serviço por ele prestado.

4.6. As garantias mínimas serão aquelas constantes da descrição de cada item, prevalecendo o prazo maior quando ofertado pelo fabricante ou licitante.

4.7. O serviço de assistência técnica em GARANTIA deve cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas nos equipamentos, de modo a restabelecer seu normal estado de uso e dentre os quais se incluem a substituição de peças mecânicas, ajustes e reparos técnicos em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas pelo FABRICANTE ou a troca técnica (substituição) de equipamento avariado por outro novo (sem uso), no mesmo modelo, marca e padrão apresentado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O fornecimento será integral, conforme a emissão de ordem de entrega do objeto.

5.2. O prazo de entrega dos itens 01, 02, 03 e 04 será de até **20 (vinte) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que o motivo esteja devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração.

5.3. O prazo de entrega dos itens 05 e 06 será de até 30 (trinta) dias após a liberação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e recebimento da Autorização de entrega que será enviada pela Prefeitura Municipal para a empresa vencedora, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que o motivo esteja devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração.

5.4. Os materiais deverão entregues no Município de Cerro Branco/RS no Setor de Almoxarifado, sito no seguinte endereço: Avenida 12 de Maio, nº 520, dentro do horário de

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

funcionamento, das 7h45 às 12h45 e das 13h às 17h.

5.5. Todas as despesas com transporte, frete, seguro, tributos, descarga, montagem, instalação e demais encargos necessários ao adimplemento correrão por conta da contratada.

5.6. Os produtos deverão ser entregues lacrados, contendo informações referente ao produto e do fabricante.

5.7. Quando o item exigir montagem, instalação ou ativação, o produto somente será considerado entregue após a conclusão dessas providências.

5.8. Quando houver divergência entre o produto entregue e a especificação, defeito, avaria ou incompatibilidade, a licitante deverá promover a substituição sem ônus para a Administração, em prazo a ser fixado pela fiscalização, compatível com a natureza do item.

6. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

6.1. Os objetos serão recebidos provisoriamente pelo Fiscal da ata ou por servidor designado pela autoridade competente, mediante verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais e com a Nota de Empenho.

6.2. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da conformidade com as especificações, funcionamento, acessórios, marca/modelo, certificados e demais requisitos aplicáveis. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 10 (dez) dias do recebimento provisório.

6.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, qualidade, segurança, garantia ou desconformidades posteriormente identificadas.

6.4. A Administração poderá realizar testes, diligências e consultas a documentos oficiais do fabricante para comprovar o atendimento técnico.

7. DA GARANTIA DO OBJETO

Serão seguidos os seguintes prazos de garantia:

7.1. Garantia mínima de 12 meses para os equipamentos fornecidos. Durante o período de garantia, a contratada deverá reparar quaisquer falhas sem ônus adicional.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

a. Havendo necessidade de manutenções, ocasionadas por defeitos de fabricação, dentro do período de garantia, a empresa deverá realizar a mesma, atendendo sempre a recomendação do fabricante, conforme determina o manual de manutenção e operação do mesmo, usando sempre peças genuínas, devendo ser realizadas “On Site”, ou seja, no Parque de máquinas da Prefeitura municipal, e/ou onde o mesmo estiver operando.

b. O custo com o deslocamento da equipe para realização da manutenção deverá ser a cargo do fornecedor.

c. No caso descrito na letra “b” o fornecedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias, contadas da solicitação para realização do serviço. Havendo a necessidade de substituição de peças, esta deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias, contados da constatação da necessidade.

d. No caso de eventual necessidade de remoção do implemento para conserto (dentro do prazo de garantia), que será admitida em casos excepcionais devidamente justificados, o transporte será efetuado, sob autorização desta Prefeitura, ocasião em que são de responsabilidade do fornecedor todas as despesas com o transporte. Quando a manutenção for realizada na sede da empresa, está deverá ocorrer em um prazo máximo 10 (dez) dias úteis, contados da retirada do equipamento do município.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento definitivo e o ateste da nota fiscal e aprovação do fiscal da ata de registro de preços.

8.2. A nota fiscal deverá discriminar os itens fornecidos e, quando aplicável, marca, modelo, quantidade, valor unitário, número de série e demais informações necessárias à identificação.

8.3. Não haverá pagamento por produtos recusados, não entregues ou em desacordo com as especificações.

8.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

a. O fornecedor será selecionado mediante Pregão, preferencialmente eletrônico, pelo critério de menor preço por item, condicionada a classificação ao atendimento integral das especificações.

b. A habilitação observará os artigos 62 a 66 da Lei nº 14.133/2021 e as exigências proporcionais e pertinentes definidas no edital.

c. A Administração poderá promover diligências para esclarecer ou complementar a análise de documentos e especificações, vedada alteração substancial da proposta.

d. Quando necessário à verificação da conformidade, poderá ser solicitada documentação técnica oficial do fabricante antes da aceitação da proposta.

e. Será admitida equivalência ou superioridade técnica quando a própria especificação permitir e houver comprovação objetiva de atendimento.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

a. Os valores unitários de referência decorrem de pesquisa realizada no Licitacon e Portal Nacional de Compras Públicas, conforme informado pela unidade demandante, devendo a pesquisa completa integrar o processo e permanecer atualizada na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a. Fornecer os materiais nas condições, quantidades, prazos e especificações estabelecidas.

b. Responsabilizar-se integralmente por frete, seguro, tributos, encargos, embalagens, montagem e demais custos incidentes.

c. Substituir ou corrigir, às suas expensas, os produtos recusados ou defeituosos.

d. Manter, durante a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

e. Cumprir as condições de garantia e assistência técnica.

f. Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução.

g. Cumprir as normas de segurança, ambientais, trabalhistas e técnicas aplicáveis ao objeto.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a. Emitir as solicitações de fornecimento conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária.

b. Receber, conferir e fiscalizar os produtos fornecidos, rejeitando aqueles em desconformidade.

c. Rejeitar produtos em desacordo com este Termo de Referência.

d. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo, liquidação da despesa e cumprimento das exigências legais e fiscais.

e. Comunicar formalmente à Contratada as falhas, irregularidades e necessidade de substituição.

f. Fiscalizar e acompanhar a execução, registrando ocorrências e notificando a contratada.

g. Aplicar, quando cabíveis, as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados contraditório e ampla defesa.

13. SUSTENTABILIDADE

a. Sempre que compatível com o objeto e sem restrição indevida à competitividade, deverão ser observados critérios de eficiência energética, durabilidade, possibilidade de reparo, redução de embalagens e destinação ambientalmente adequada.

14. SANÇÕES E RESPONSABILIDADES

a. O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados contraditório e ampla defesa, sem prejuízo das demais responsabilidades legais.

b. O edital deverá disciplinar as hipóteses, percentuais e procedimentos relativos às multas e demais sanções, de forma proporcional à gravidade da infração.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

a. Havendo divergência entre a proposta e as especificações mínimas, prevalecerão as exigências do edital e deste Termo de Referência.

b. As especificações que envolvam marca, código, produto original ou compatibilidade deverão ser interpretadas à luz da justificativa técnica constante do processo, preservando-se

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

a competitividade e a adequada satisfação da necessidade pública.

c. Eventuais omissões serão resolvidas conforme a Lei nº 14.133/2021.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(em papel personalizado da empresa)

Ao Município de Cerro Branco- RS.
Referente ao Pregão nº 031/2026 - Tipo Eletrônico

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE
Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Município/UF:
Telefone:
E-mail:
Representante Legal:
CPF:
Dados bancários:

A empresa acima identificada, por intermédio de seu representante legal, apresenta sua **PROPOSTA READEQUADA para** aquisição de **RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, REBOQUES DE CARGA, MOTOSERRAS PARA ATENDIMENTO DAS AÇÕES DE RESPOSTA DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL (RESOLUÇÃO N.º 008/FUNDEC, DE 12 DE JUNHO DE 2026) E CONCHAS PARA RETROESCAVADEIRA (CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA N° 979342/2025 - TRANSFEREGOV.BR N°049062/2025),** conforme a seguir:

Item	Especificação do material	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$

1 - Nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive salários, impostos, taxas, fretes, seguro e demais encargos, bem como quaisquer outras despesas incidentes para ao objeto da licitação.
2 - O prazo de validade da nossa proposta é de 60 dias contados da data da entrega da proposta.
3 - Declaramos, expressamente, que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do representante legal da empresa
Razão Social
Carimbo da empresa

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

(_____) Nº ____/20___

Aos ___ dias do mês de _____ de 20___, nas dependências da Administração Municipal de _____, sito à Rua/Av. _____, nº ____, bairro _____, nesta cidade, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente, face a classificação das propostas apresentadas no processo de contratação através de **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO** Nº___/20____, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA** aquisição de **RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, REBOQUES DE CARGA, MOTOSERRAS PARA ATENDIMENTO DAS AÇÕES DE RESPOSTA DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL (RESOLUÇÃO N.º 008/FUNDEC, DE 12 DE JUNHO DE 2026) E CONCHAS PARA RETROESCAVADEIRA (CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA N° 979342/2025 - TRANSFEREGOV.BR N°049062/2025),** por deliberação do (Pregoeiro e Equipe e Apoio), homologada em __/__/20__, e publicada no _____, em __/__/20____, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas participantes da licitação, com critério de julgamento POR ITEM, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir.

1. OBJETO

1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços do MATERIAL especificado no Edital **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026, tipo eletrônico – REGISTRO DE PREÇOS**, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

2. VALIDADE

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Conforme art. 83, da Lei nº 14.133/2021, e art. 5º, do Decreto Municipal nº 4104, a Administração não está obrigada a realizar contratação por intermédio dessa Ata, podendo adotar, para tanto, licitação específica para o pretendido, desde que motivadamente, assegurando-se, todavia, a preferência de contratação aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3. CONTRATO

3.1. Para a contratação dos itens registrados nessa Ata, poderá ser dispensada a celebração de contrato com o licitante registrado, se preenchidos os requisitos do art. 95, incisos I e II, e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

4. EMPRESA E PREÇOS

4.1. A empresa: _____, CNPJ nº_____, com sede na_____, representada nesse ato _____, portador (a) do CPF nº_____,

4.2. Os preços ofertados pela empresa na licitação serão devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

Item	Especificação do material	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$

4.3. Serão incluídos a presente ata (em anexo), os licitantes que aceitarem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, e posteriormente os licitantes que mantiverem a sua proposta original, conforme art. 82, § 5º, VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4. No caso de ser registrado mais de um licitante com o mesmo valor, em preço igual ao do licitante vencedor, ficará assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, conforme dispõe o art. 82, VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5. Na hipótese da alínea "c" do item 6.5, se devidamente comprovado e deferido o reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado, o fornecedor será reclassificado na ata, conforme o preço reequilibrado.

5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. As solicitações de fornecimento à licitante 1ª colocada será feita pelo próprio Órgão Participante (OP), por escrito, mediante ordem de compra, preenchida em modelo próprio, datada e assinada pela autoridade competente, com cópia obrigatória ao Órgão Gerenciador (OG).

5.2. As ordens de compra poderão ser encaminhadas por meio eletrônico ou por outra forma admitida pela Administração.

5.3. O prazo de entrega dos itens 01, 02, 03 e 04 será de até **20 (vinte) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que o motivo esteja devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração.

5.4. O prazo de entrega dos itens 05 e 06 será de até 30 (trinta) dias após a liberação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e recebimento da Autorização de entrega que será enviada pela Prefeitura Municipal para a empresa vencedora, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que o motivo esteja devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração.

5.5. A entrega deverá ocorrer, sem custos, junto ao setor de almoxarifado, sito na Av. 12 de Maio, 540, centro, neste município, em dias úteis, no horário das 7h45min às 11h45min ou das 13h00min às 17h00min.

5.6. O objeto da presente Ata de Registro de Preços será recebido:

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pela CONTRATANTE, com verificação posterior da conformidade do equipamento/material com as especificações técnicas contidas neste termo de referência;
b) Definitivamente, pelo Fiscal da ata ou por servidor designado pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 10 (dez) dias do recebimento provisório.
5.6. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a CONTRATADA de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução da ata de registro de preços.
5.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
5.8. Dentro do prazo de vigência da ata, a empresa 1ª colocada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do processo de contratação, que precedeu a formalização dessa Ata.
5.9. Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital, termo de referência ou ainda em desacordo com a ata de registro de preços, deverão ser rejeitados pela Administração, em observância ao art. 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até 05 dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a irregularidade seja posterior à entrega.
5.10. A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à instauração de processo administrativo especial para eventual aplicação das sanções previstas pela inexecução.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE LICITANTE E DO PREÇO REGISTRADO

6.1. O licitante que teve seu preço registrado poderá ter seu **registro cancelado** da presente Ata, **com consequente aplicação das penalidades** previstas no edital, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
b) quando o fornecedor não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
c) quando o fornecedor sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2. O licitante que teve seu preço registrado poderá ter seu **registro cancelado** da presente Ata, **sem aplicação das penalidades** previstas no edital, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata por fato superveniente à licitação, alheio à sua vontade, decorrente de caso

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento seja devidamente comprovado com a respectiva documentação da situação alegada;

b) falecimento do registrado.

6.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho da Administração, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4. Na hipótese de cancelamento do registro de fornecedor, a Administração poderá convocar os demais licitantes registrados em ata, em ordem de classificação.

6.5. O licitante que teve seu preço registrado poderá ter o **cancelamento dos preços** registrados da presente Ata, **sem a consequente aplicação das penalidades** previstas no edital, se no caso de contratação direta, ou no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando por razão de interesse público;

b) quando a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

c) quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado e não houver êxito nas negociações.

6.6. No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitas por publicação no diário oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado, o licitante, da ata de registro de preços.

7. PENALIDADES

7.1. Os serviços que vierem a ser contratados deverão ser executados conforme o prazo estabelecido no edital ou termo de referência, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço, sob pena de:

a) multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

b) multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

c) multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

7.2. As multas serão calculadas sobre o valor total do contrato, se houver. Caso não formalizado, serão calculadas sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1. Cabe a Secretaria solicitante proceder à fiscalização na entrega dos materiais, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações que se fizerem necessárias, conforme previsto no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

8.2. A gestão e a fiscalização da Ata de Registro de Preços serão realizadas pelo (a) senhor (a)_____ e pelo (a) senhor (a)_____ respectivamente.

8.3. O fiscal está investido no dever de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que seja entregue fora dos dias e horários preestabelecidos, conforme dispõe o art. 140, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. As irregularidades constatadas deverão ser comunicadas ao Secretário da pasta, no prazo máximo de 15 dias, sem prejuízo de o próprio fiscal notificar o registrado para adotar as providências necessárias para correção ou, quando for o caso, recomendar ao Secretário a instauração de processo para a aplicação das penalidades cabíveis.

8.5. O OG promoverá ampla pesquisa no mercado em periodicidade trimestral, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição, em observância ao previsto no art. 82, § 5º, IV da Lei nº 14.133/2021.

8.6. DAS RESPONSABILIDADES DO GESTOR

I. Conferir a existência de empenho prévio;
II. Providenciar a publicação tempestiva do extrato do contrato;
III. Conferir a existência de designação de fiscal para cada ata de registro de preços celebrado pela Administração e da Indicação formal de preposto pelo licitante vencedor;
IV. Controlar os prazos de vencimento da ata de registro de preços, sugerindo à autoridade superior o aditamento do ajuste ou a abertura de nova licitação, após a oitiva do fiscal, com antecedência mínima de 10 dias úteis do término da vigência;

V. Receber ou formular os pedidos de repactuação e de reequilíbrio financeiro, encaminhando para os órgãos competentes realizarem a análise correspondente, submetendo-os à autoridade superior;

VI. Examinar, periodicamente, a atualização e a adequação da documentação do licitante em relação às obrigações trabalhistas, providenciarias e fiscais, notificando-o em caso de irregularidade, dando ciência à autoridade superior, sugerindo a aplicação de sanção e a rescisão contratual no caso de manutenção do descumprimento, observando a ampla defesa e o contraditório.
VII. Manifestar-se sobre eventual pedido de subcontratação;
VIII. Supervisionar o fiscal na realização das atividades necessárias à liquidação da despesa, visando a observância da ordem cronológica de pagamento;
IX. Executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

8.7. DAS RESPONSABILIDADES DO FISCAL

I. Solicitar a autuação dos processos de fiscalização imediatamente ao recebimento do objeto;

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

II. Ata de Registro de Preços e anexos em, no máximo 10 dias úteis após assinatura;

III. Conhecer os termos do processo e as condições do Edital e Ata de Registro de Preços, em especial os prazos, os cronogramas, as obrigações das partes, os casos de rescisão, a existência de cláusula de modificação do preço, se for o caso;

IV. Acompanhar e fiscalizar a entrega do material, em estrita observância ao edital e a Ata de Registro de Preços;

V. Juntar documentos, registrar telefonemas, fazer anotações, redigir atas de reunião, anexar correspondências, inclusive as eletrônicas, e quaisquer documentos relativos à execução da Ata de Registro de Preços, no processo de fiscalização;

VI. Registrar, em livro próprio, todas as ocorrências durante a execução da Ata de Registro de Preços, notificando o contratado, por escrito, a sanar os problemas em prazo hábil, a ser estipulado de acordo com o caso concreto;

VII. Fazer cumprir fielmente as obrigações avençadas, relatando pro escrito e sugerindo à autoridade superior a aplicação de sanções, no caso de inadimplência, garantindo ao contratado o direito de defesa e ao contraditório;

VIII. Solicitar à autoridade superior a contratação de terceiro para auxiliá-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes ao objeto da fiscalização, caso necessário;

IX. Conferir a conclusão das etapas e o cumprimento das condições de pagamento;

X. Dar recebimento provisório do material mediante termo circunstanciado;

XI. Dar recebimento definitivo do material mediante termo circunstanciado, se houver previsão expressa na portaria de designação; e

XII. Executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento definitivo e o ateste da nota fiscal e aprovação do fiscal da ata de registro de preços.

9.2. A nota fiscal deverá discriminar os itens fornecidos e, quando aplicável, marca, modelo, quantidade, valor unitário, número de série e demais informações necessárias à identificação.

9.3. Não haverá pagamento por produtos recusados, não entregues ou em desacordo com as especificações.

9.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

10. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução da Ata de Registro de Preços nos termos inicialmente pactuados, será

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

a) Sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

10.2. No caso em que a Administração se convencer pelo deferimento da revisão, deverá ser feito de forma concomitante pesquisa de preços de mercado para verificação de que os preços registrados pelas outras empresas na ata, momento em que deverá ser demonstrada a vantajosidade pela Administração, em que conceder os novos valores à contratada.

10.3. No caso de o preço revisado ficar maior que o do segundo colocado, será negada a revisão e reclassificada a ata de registro de preços.

11. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

11.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:

a) greve geral;

b) calamidade pública;

c) interrupção dos meios de transporte;

d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e

e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

11.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.

11.3. Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

12. FORO

12.1. Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro da Cachoeira do Sul - RS.

E, por assim acordarem, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Administração Municipal, representada pelo OG, e pelo(s) Sr.(s) _____, CPF nº _____, representando a EMPRESA REGISTRADA, abaixo assinado.

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.

Local, em ____ de _____ de 20_____.

_____
Órgão Gerenciador

_____
Representante da Empresa

_____
Fiscal de Ata

Documento assinado digitalmente em 27/10/2026 16:14:15
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/aFms0 para verificar a autenticidade.